

# DIREITO



**PLANO DE TRABALHO:** Violação dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) à luz da Defensoria Pública (DP) federal e estadual e no Ministério Público (MP) federal e estadual.

**ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** Lia Castro Rodrigues

**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA:** A Defensoria Pública e o Ministério Público na proteção legal dos direitos das pessoas com deficiência.

**COORDENADOR:** Ana Luiza Coutinho da Silva Leal.

**CURSO:** Direito

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com Deficiência (PcD), Defensoria Pública (DP), Ministério Público (MP).

Considerando-se ser necessário compreender a atuação da Defensoria Pública (DP) e do Ministério Público (MP), na garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PcD), este estudo investigou a atuação desses órgãos na proteção legal desses direitos. A pesquisa foi bibliográfica e qualitativa, com análises dedutivas e indutivas. Diante das demandas envolvendo a violação dos direitos das PcD registradas, verificou-se que, apesar dos avanços legislativos e da existência de projetos destinados a garantir suporte às PcD, ainda persistem barreiras de ordem cultural, social e estrutural que dificultam a plena inclusão desse grupo na sociedade. A pesquisa não apenas identificou desafios e lacunas, mas



também buscou questionar e impulsionar melhorias no sistema de justiça.

**PLANO DE TRABALHO:** Proteção das pessoas com deficiência (PcD), à luz da Defensoria Pública (DP) e do Ministério Público (MP) do estado do Pará.

**ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** Paloma Mellissa de Lima Sampaio

**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA:** A Defensoria Pública e o Ministério Público na proteção legal dos direitos das pessoas com deficiência.

**COORDENADOR:** Ana Luiza Coutinho da Silva Leal.

**CURSO:** Direito

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com deficiência (PcD), Defensoria Pública (DP), Ministério Público (MP).

Investigar a atuação da Defensoria Pública (DP) e do Ministério Público (MP) na proteção legal dos direitos das PcD foi o objetivo deste estudo, de natureza bibliográfica, qualitativa, dedutiva e indutiva. A magnitude do tema está em tratar de um grupo que necessita do norte das instituições responsáveis pela proteção de seus direitos, que, historicamente, se encontra à mercê da marginalização. Conclui-se que, apesar do grande compilado de normas e direitos existentes, persiste a obstrução na atuação daqueles órgãos perante tal situação. Entrar nessa estrutura para conseguir buscar melhorias para a questão é uma



possível forma de colocar em prática o progresso em relação à proteção dos direitos daquelas pessoas na área jurídica e na sociedade.



**PLANO DE TRABALHO:** Proteção legal das PcD à luz do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública (DP) do estado do Pará (BR).

**ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** Ruan Hoffmann da Silva

**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA:** A Defensoria Pública e o Ministério Público na proteção legal dos direitos das pessoas com deficiência.

**COORDENADOR:** Ana Luiza Coutinho da Silva Leal

**CURSO:** Direito

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com deficiência (PcD), Defensoria Pública (DP), Ministério Público (MP).

Investigar a atuação da Defensoria Pública (DP) e do Ministério Público (MP) na proteção legal dos direitos das Pessoas com deficiência (PcD) foi o objetivo deste estudo, considerando-se ser importante compreender a atuação daqueles órgãos no fortalecimento e na garantia dessas pessoas. Investigamos os registros de demandas envolvendo a violação dos direitos das PcD e o que essas instituições têm feito para garanti-los. Foi de natureza bibliográfica, qualitativa, dedutiva e indutiva. Concluiu-se que, embora existam leis, instituições, medidas e instrumentos jurídicos destinados à garantia dos direitos das PcD, essas ainda não são um de seus principais focos.



**PLANO DE TRABALHO:** As normas estaduais e municipais de controle de arma de fogo no triênio 2023 – 2025 e seu conflito com a legislação federal.

**ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** Tágata Vitória do Rosário Araújo

**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA:** A nova política criminal de controle de arma de fogo e seus resultados.

**COORDENADOR:** Paulo Rogério de Souza Garcia

**CURSO:** Direito

**PALAVRAS-CHAVE:** Regulação de armas, Normas estaduais e municipais, Legislação federal.

Este estudo analisa as normas estaduais e municipais no triênio 2023 – 2025, em conflito com a legislação federal. A regulação de armas é fundamental nos debates sobre a função do Estado, na proteção da população e no combate à violência armada, razão da importância do estudo. É uma pesquisa qualitativa do tipo documental com base na legislação e na jurisprudência, apoiada em contribuições teóricas. Concluiu-se que o controle de armamentos no Brasil provoca desentendimentos entre as diferentes instâncias governamentais. Estados e municípios têm autonomia para fazer normas sobre armas usadas por instituições e como gerenciar seu controle, mas deparam-se com restrições fixadas pela Constituição Federal, que confere à União o poder único de ditar as regras em assuntos militares e material bélico.



**PLANO DE TRABALHO:** As novas regras de controle de arma de fogo no âmbito federal no triênio 2023 – 2025.

**ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** Thainara de Azevedo Oliveira da Costa

**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA:** A nova política criminal de controle de arma de fogo e seus resultados.

**COORDENADOR:** Paulo Rogério de Souza Garcia

**CURSO:** Direito

**PALAVRAS-CHAVE:** Armas de fogo, triênio 2023 – 2025, Política governamental.

Apurar os efeitos da nova política de controle de armas de fogo e a movimentação dos poderes para a execução de medidas em razão do bem-estar social, no triênio 2023 – 2025, foi objetivo deste estudo. Sua importância repousa no fato de o controle de armas de fogo ser necessária para manter, de certa forma, equilíbrio entre o direito à vida, à dignidade e à propriedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Esboçou a política criminal de controle de arma de 2019 – 2022; analisou as normas federais de controle de arma a partir de 2023; investigou a filosofia política de liberação e de controle de armas. Viu-se que as decisões legislativas contêm uma carga de responsabilização elevada, pois a liberação das armas de fogo sem a devida fiscalização ou



regulamentação pode acarretar prejuízos estruturais e à integridade física e psicológica do cidadão.

